

FICHAMENTO DA OBRA DE CARLOS NELSON COUTINHO SOBRE
“GRAMSCI”

FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL – UNIBRASIL – jun./2009

Carlos Valdir Molinari*

Sumário: A Teoria Ampliada do Estado; O Conceito de Sociedade Civil; Sociedade Regulada e Fim do Estado; A Estratégia Socialista no Ocidente; Guerra de Movimento e Guerra de Posição; Da Proposta Gramsciana de “Assembléia Constituinte” a “Democracia Progressiva” de Togliati; O partido com “Intelectual Coletivo”; A universalidade de Gramsci; As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira; A Revolução Passiva e a História Brasileira; O Transformismo e o Fortalecimento do Estado; A Teoria Ampliada do Estado e o Brasil Contemporâneo e Referência Bibliográfica.

A Teoria Ampliada do Estado

O Conceito de Sociedade Civil

Este conceito se tornará mais abrangente nos *Cadernos*, pelo qual foi observado que faltava ainda um elemento essencial na determinação da teoria política de Gramsci o conceito de “sociedade civil” como portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito¹.

Já Marx em sua colocação menciona que sociedade civil tem base material e com infra-estrutura econômica, já para Gramsci não vai pertencer ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura, neste ideal sua teoria social se coloca na superestrutura política, e não na base econômica, o elemento determinante do processo histórico. O conceito de sociedade civil é o meio no qual Gramsci enriquece novas determinações, a teoria marxista do Estado, o que não anula o princípio básico do materialismo histórico, como o de que a produção e

* Acadêmico em Direito do 5º período da Unibrasil, Bacharel em Ciências Contábeis, Auditor e Contador.

¹ COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 121.

reprodução da vida material, implicando a produção e reprodução das relações sociais globais.

A teoria ampliada do Estado em Gramsci na sua concepção, talvez tenha sido um dos melhores resumos: “Eu amplio muito, diz ele, a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política; e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil”². Nesta colocação sociedade civil é formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, a sociedade política é formada pelo conjunto dos mecanismos de classes dominantes que detém o monopólio legal da repressão e da violência, assim em sentido amplo o Estado tem duas esferas de importância.

Ao definir sociedade política Gramsci nos coloca que o aparelho de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa nem passiva, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando fracassa o consenso espontâneo. Em sua dialética, a sociedade política e civil é colocada como “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados”.³ Assim o termo supremacia nos direciona para o lado sintético com a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura. E Gramsci ainda acrescenta que um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental, e, é essa uma das condições principais para a própria conquista do poder, que nas sociedades complexas do capitalismo recente, dever ser precedida por uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, e neste sentido se implica a idéia de uma longa marcha através das instituições da sociedade civil.

² Ibidem, p. 127.

³ Ibidem, p. 130.

Sociedade Regulada e Fim do Estado

Para Gramsci, a extinção do Estado tem significado com o desaparecimento progressivo dos mecanismos de coerção, ou seja, a reabsorção da sociedade política na sociedade civil. À medida que o socialismo avança, as funções sociais da dominação e coerção cedem progressivamente espaço à hegemonia e ao consenso. O fim da alienação da esfera pública liga-se a uma preocupação básica revelada, de que a divisão entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, não seja considerada como uma perpétua divisão do gênero humano, mas apenas um fato histórico, correspondente a certas condições. Gramsci pressupõe que a luta no terreno específico da política e das instituições socialistas parece se tornar necessária para um possível fim da alienação que se expressa na existência de um Estado separado da sociedade, qualquer que seja seu conteúdo de classe. É como se ele dissesse que o “Estado operário com deformações burocráticas” teria uma dinâmica própria, gerando interesses que apontam para sua perpetuação⁴. Neste sentido que se torna necessária uma crítica socialista, no qual Gramsci intitula com “reforma intelectual e moral”. Quanto ao governo dos funcionários ou auto-governo, a sociedade política à sociedade civil, a crítica de Gramsci à estatolatria de gestão burocrática do Estado, é constatada uma defesa do auto-governo dos produtores, expresso através dos organismos da sociedade civil. Assim em síntese ele nos coloca que “se a sociedade civil é fraca antes da tomada do poder, a tarefa do Estado socialista é fortalecê-la depois, como condição para sua própria extinção enquanto Estado, para sua reabsorção pelos organismos autogeridos da sociedade civil”⁵. Assim em defesa do Estado socialista, tem que ter como objetivo ser laico, humanista e não estreitamente ideológico, opondo-se dos pilares do modelo stalinista “em que aquele que, identificando Partido e Estado, identifica também a ideologia do Partido com a ideologia do Estado”⁶.

⁴ Ibidem, p. 139.

⁵ Ibidem, p. 141.

⁶ Ibidem, p. 142.

A Estratégia Socialista no Ocidente

Guerra de Movimento e Guerra de Posição

A ampliação da teoria do Estado é o suporte que permite se dar uma resposta sobre a questão do fracasso da revolução em países ocidentais. Neste sentido as formações sociais do Ocidente, que tem uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política que concretamente realizou-se a ampliação do Estado. Vale a pena salientar que para Gramsci, a distinção entre oriente e ocidente nada tem haver com a posição geográfica e sim com formação social. A diferença na sua colocação sobre o oriente é que este tem sociedade política e sociedade civil, só que este último é pouco desenvolvido, já para o ocidente existem também a sociedade política e sociedade civil, só que aqui esta última é amplamente desenvolvida, assim Gramsci nos coloca que a sociedade civil que se desenvolve se torna ocidental, dando o entendimento que o Estado oriental é a união das pessoas com força política em um determinado Estado à procura de mudanças ou renovações que melhorem a sociedade civil. No lado ocidental esta união já não traz tantos efeitos pelo motivo de que o Estado é separado por vários grupos sociais e políticos (partidos políticos), o qual só existirá mudanças através de escolha de representantes eleitos para que tais mudanças em benefício da população sejam executadas, não tendo efeito, portanto grupos isolados se manifestando, nesta colocação no lado ocidental as mudanças são mais complexos e exigem uma estrutura mais elaborada.

Gramsci menciona que a sociedade civil estando cada vez mais complexa e resistente, são superestruturas de um meio de defesa comparado às trincheiras de guerra, não sendo mais tão suscetíveis a crises, mesmo tendo crises econômicas catastróficas e sendo articuladas por período histórico relativamente longo, e neste sentido que se faz a idéia de crise orgânica, a qual não aceita solução imediata por parte de classes dominantes, o que nos coloca diante de uma desagregação do bloco histórico.

A crise hegemônica tende a nascer da crise orgânica em sentido econômico, no qual manifestações de contradições estruturais do modo de produção aparecem no aspecto superestrutural, político ideológico. Como a expressão política da crise orgânica é uma espécie de crise revolucionária nas sociedades mais complexas, de imediato a classe dominante pode dominar

através da coerção, mas na observação de Gramsci este tipo de crise requer “qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo” ⁷. A solução desta crise tem como saída à capacidade de fazer política, envolvendo grandes massas para que os problemas através de lutas constantes consigam conquistar espaços e posições, não perdendo de vista seu objetivo final, que é promover transformações de estrutura para um fim da formação econômico social capitalista.

Para Gramsci a classe dirigente, hegemônica e operária deve aos poucos se torna classe nacional, com desempenho de partido político, diminuindo assim as diferenças orientais e ocidentais, e corporativistas devendo ser superada assumindo para si os problemas da nação. Em primeiro plano se aprimora o nível teórico, com sua teoria ampliada do Estado e em segundo opera um profundo reconhecimento do terreno nacional italiano, sobre a centralidade nacional das questões meridional e sobre o caráter cosmopolita e neste quesito deveria intercorrer a queda do fascismo e a revolução socialista na Itália.

Da Proposta Gramsciana de “Assembléia Constituinte” a “Democracia Progressiva” de Togliati

Dados disponíveis confirmam que Gramsci discorda da posição assumida pelo Partido Comunista Italiano, com a adoção da política esquerdista aprovada pela direção estalinista da Internacional Comunista. Com a previsão de uma crise revolucionária iminente, se tem o ideal de criar uma ditadura do proletariado, que seria implantada mediante um assalto ao poder do tipo insurrecional. A colocação de Bruno Tosin que teve convívio no cárcere de Túri com Gramsci, diz que não partilha com o ideal da internacional comunista em comandar uma insurreição proletária, e nem parecia correto afirmar que os partidos burgueses da oposição antifascista estivessem dispostos afrontar o regime mussoliniano. Havia indícios de descontentamento por parte dos partidos liberal-democráticos, o que acentuava uma oposição a Mussolini, e assim uma provável substituição do fascismo por um regime liberal-democrático, e nesta situação Gramsci aceita tal realidade objetiva com sua antiga concepção, no qual haveria uma fase intermediária, com a queda do fascismo e a instituição do socialismo.

⁷ Ibidem, p. 154.

No entanto o Partido Comunista Italiano se colocava radicalmente em uma política do tudo ou nada, mas numa época em que o ataque formal e guerra de movimento só trariam desvantagens e derrotas, então Gramsci reafirma os princípios que inspiraram sua própria virada leninista e antibordiguiana, que era necessário fazer política, intervir bruscamente na realidade sem ficar na espera pelo grande dia. Segundo Gramsci, falar de amplos movimentos de massa, de greves e até greves gerais é marxismo vazio ⁸. Então se pretendia um trabalho duro e longo entre as massa, com retórica de ordem objetiva e clara, que visava à derrubada do regime mussoliniano com a palavra de ordem à república.

O ideal de luta ao regime facista, teria que ter uma palavra de ordem Constituinte, que representaria a organização das massas na qual seriam colocadas as reivindicações mais necessárias da classe operária no qual deveriam ser transmitidas por representantes próprios do partido, e a meta deveria constar com programas de reforma pacífica, para que seja demonstrada a toda classe trabalhadora da Itália que a única solução possível seria somente com a revolução proletária ⁹. Sendo assim a conquista do poder tem que ser realizada com um processo multiforme e prolongada de transformação revolucionária da sociedade. Neste sentido Gramsci em suas formulações destaca que uma Constituinte de transição entre fascismo e socialismo indica certa tentativa de concretizar descobertas estratégicas notáveis. Franz Marek, marxista austríaco, menciona: “Não cremos cometer um erro quando afirmamos que a grandeza e a influência do Partido Comunista Italiano se devem, e não em último lugar, ao fato de que ele foi modelado e marcado pelo espírito de Gramsci” ¹⁰.

Atualmente mesmo com a extinção do Partido Comunista Italiano, os ideais de modernidade dentro da teoria política gramsciana, influenciam e tem notável importância nas sociedades que desejam e almejam reformas.

O partido com “Intellectual Coletivo”

Como foi visto a teoria do partido político da classe operária, ocupa um papel de suma importância na estrutura dos *Cadernos*, com isso os sistemas sociais modernos e complexos, entram num organismo social de desempenho

⁸ Ibidem, p. 159.

⁹ Ibidem, p. 160.

¹⁰ Ibidem, p. 164.

das funções que Maquiavel denominava a uma pessoa singular, Gramsci como materialista, não pretende inovar tal organismo, pois como ele diz “já foi dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político” ¹¹, sendo assim caracteriza elementos e organizações que formam a sociedade civil.

No entendimento de Lênin a tarefa primordial do partido operário, seria de contribuir para superar na classe operária um ideal puramente sindicalista, fornecendo elementos teóricos e organizativos para que a consciência se elevasse ao nível de totalidade, o que na colocação de Gramsci esta tarefa consistiria em superar os resíduos corporativistas da classe operária e contribuindo desta forma a uma vontade coletiva com grau de consciência capaz de permitir iniciativa política que englobe a totalidade dos estratos sociais de um Estado, para incidir sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais.

Gramsci sustenta que existir a classe hegemônica, torna-se necessário em um meio mais específico a capacidade de criar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva nacional popular, e quando formado essa vontade coletiva é que se pode construir e concretizar um novo bloco histórico revolucionário, tendo como premissa a classe operária, e como tal assumindo também o papel de classe dirigente. Esta vontade coletiva só aparece e se desenvolve quando existem condições objetivas, e para tanto o partido tem de realizar uma análise histórica da estrutura social do país, e tendo como base condições para elaborar uma linha política capaz de incidir com eficácia na realidade social. Assim o partido não visa conquistar somente renovação política, social e econômica, mas visa conquistar uma revolução cultural, pela criação e desenvolvimento de uma nova cultura, e sem esta, por sua vez coloca as classes mais subalternas num contínuo sofrimento passivo pela hegemonia as antigas classes dominantes e não poderão se elevar à condição de classes dirigentes.

Sobre a direção ideológica, Gramsci descreve que esta associada junto com a direção política, e que a construção plena da nova sociedade comunista, nos impulsiona para o fim das diferenças entre governantes e governados, sendo que a sociedade civil e Estado como meio de coerção tem que caminhar junto, e, é determinante que a apropriação privada como produção das riquezas materiais

¹¹ Ibidem, p. 167.

tem que ser suprido, assim como a eliminação da apropriação privada no saber e da cultura, esta reforma intelectual e moral são importantes para formação e construção do partido político.

Gramsci também nos coloca tipos importantes de intelectualidade, o intelectual orgânico, que surge em estreita ligação com a necessidade de uma classe social determinante no modo de produção econômico, e o intelectual tradicional, que no passado eram categorias orgânicas e atualmente formam uma camada relativamente autônoma e independente. O nível de intelectuais tende a ser diferente dentro do partido, assim sua teoria forma três grupos elementares: um estrato de homens comuns, condicionados mais pela disciplina e fidelidade do que pelo espírito criativo, um estrato coesivo principal, que organiza e centraliza o partido, e um estrato intermediário para servir de ligação entre os dois outros, o que coloca um perto do outro.¹²

Esta colocação também pode apresentar riscos quando um partido centralizado perde o caráter democrático e passa ter formas divergentes com sentidos de centralismo burocrático. Por fim na teoria de Gramsci sobre o fim do Estado, e a crítica à estatolatria nos coloca a defesa do fortalecimento da sociedade civil depois da tomada do poder, e em afirmação lógica tem se a necessidade permanente de renovação da teoria e da prática do partido, e jamais o partido estará completo, necessitando que todo desenvolvimento crie novas tarefas e funções.

A universalidade de Gramsci

Sua teoria ampliada do Estado e sua teoria processual e molecular da revolução socialista têm como base histórica o pensamento marxista, mas Gramsci além de ser considerado o maior leninista italiano é também um dos mais notáveis pensadores político marxista deste século.

Mas todo este conhecimento sobre a universalidade de Gramsci, não quer dizer que todas as repostas que procuramos sobre a realidade atual, estejam contidas em sua obra com repostas prontas e acabadas, e que todos os nossos desafios teóricos e práticos sejam solucionados. Antes de tudo, o fato é que sua problemática teórica serve como o princípio necessário para que as principais e

¹² Ibidem, p. 177.

mais importantes significativas tentativas contemporâneas de renovação da teoria política marxista. Assim esta universalidade é estendida por dimensões geográficas, tornado cada vez mais evidente que os processos de ocidentalização tendem a sair do âmbito da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, e isto tudo se torna algo nacionalmente concreto para os socialistas. E cada vez mais autores espalhados pelo mundo começam a estudar os conceitos gramscianos, buscando interpretações significativas para os pensamentos marxistas.

As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira

São lançadas algumas obras de Gramsci no Brasil, sua aceitação é modesta e prejudicada pelo motivo do Regime Militar em vigor no país e a decretação do Ato Institucional nº. 5. O Brasil era visto como um país atrasado que necessitava de uma revolução democrático-burguesa ou de libertação nacional, sendo esta a colocação do Partido Comunista Brasileiro. Mas é com a abertura política que os trabalhos de Gramsci começam a ser estudado, principalmente conceitos essenciais, como da sociedade civil, sendo o atrativo maior a sua profunda universalidade sobre a peculiaridade nacional, visto que Gramsci só menciona o Brasil apenas uma vez em sua obra dos *Cadernos*, e a mais interessante colocação do lado brasileiro são sobre a revolução passiva e o Estado ampliado, que se torna o ponto chave para o socialismo no Brasil.

A Revolução Passiva e a História Brasileira

Conforme pesquisa histórica do Brasil existe evidências de que o país sofreu um processo de modernização capitalista, no modelo jacobino. Esta colocação nos remete que a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária, e a internacionalização do mercado interno, com a entrada do capital estrangeiro deu impulso para o país entrar no meio industrial moderno. Só que o Brasil não teve a revolução de massas, a sua transformação acontece nas classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização freqüente dos aparelhos repressivos do Estado. Neste sentido a revolução passiva, tem que ser feita de baixo jacobina, o qual implica a

presença de dois elementos, o da restauração e o da renovação ¹³. Este ideal de Gramsci nos revela como a revolução passiva se manifesta “o fato histórico da ausência de atitude popular no desenvolvimento, bem como o outro fato de que o desenvolvimento se verifica com reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico desorganizado, das massas populares, mediante restaurações exigidas provenientes de baixo, tratando-se de restaurações progressivas” ¹⁴. Todo este contexto nos revela que a ditadura de Vargas pode ser apresentada como uma revolução passiva ou de restauração progressiva. Outro marco importante seria o regime militar tecnocrático, que em certos momentos conquistou um clamor popular de classe média, trazendo uma falsa ideologia de modernização e esperança, mantendo-se assim o sistema econômico e as forças de coerção em prontidão para as classes que o desafiassem.

O Transformismo e o Fortalecimento do Estado

No Brasil as transformações foi sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes ¹⁵. Contudo jamais teve o resultado esperado na função hegemônica em virtude das massas populares. O Estado detinha a dominação política, a qual coube aos militares a tarefa de controlar e reprimir as classes subalternas.

O transformismo no Brasil teve em sua história a modalidade molecular, no qual teve papel decisivo, ou quem sabe negativo para o lado cultural, porque os intelectuais faziam parte da burocracia estatal, estes vieram desde os tempos da colonização portuguesa até na época imperial, com a ampliação e transformação na política econômica que consolidava o capitalismo.

Em toda sua história, o Brasil no aspecto do populismo, desde os períodos da ditadura de Vargas, o período liberal democrático, fez tentativas de incorporar ao bloco de poder os trabalhadores assalariados urbanos, concedendo direito sociais e vantagens econômicas reais, mas permaneciam excluídos os assalariados agrícolas, que continuavam sem direitos sociais trabalhistas, e esta

¹³ Ibidem, p. 198.

¹⁴ Ibidem, p. 199.

¹⁵ Ibidem, p. 204.

classe de direito de voto, servia para a burguesia industrial pelo seu baixo grau de instrução, para abaixar os salários dos trabalhadores urbanos.

A Teoria Ampliada do Estado e o Brasil Contemporâneo

Nas teorias gramsciana, podemos entender que no Brasil a forma de revolução passiva adotada para formação social seria do tipo oriental, o que nos leva a crer que no Estado atual não teria como aplicar a teoria ampliada do Estado. Fica então uma questão fundamental, a sociedade brasileira é de tipo oriental ou de tipo ocidental? Ao longo de seu período histórico o tipo mais predominante da sociedade civil se refere ao modelo oriental. Contudo desde a época imperial, os partidos políticos eram necessários para existência de um Parlamento, com a Proclamação da República, a Igreja Católica passa a não interferir mais diretamente no Estado, por se tornar laico. Toda esta colocação nos leva a semelhança com o modelo oriental, nos indicando que a sociedade civil brasileira era até pouco tempo “primitiva e gelatinosa”¹⁶. Outro ponto forte seria a existência da escravidão na época imperial, este fator torna ainda mais plausível o lado oriental.

Mas não podemos esquecer que com a República, a abolição da escravidão e o processo de industrialização do país, o capitalismo toma força, tornando-se assim uma estrutura social mais complexa, e por outro lado com sentido moderno. Temos então uma reação das classes dominantes, dando início a revolução passiva, ou Revolução de 1930, no qual a classe agrária conquista uma posição hegemônica, no bloco do poder. Com a queda da ditadura e o retorno à democracia em 1945, o processo de ocidentalização torna-se mais aparente. O Partido Comunista Brasileiro volta à legalidade e se torna um partido de massas, mas novamente o processo de evolução do país fica paralisado com o golpe de Estado de 1964 e a instauração do Regime Militar, embora reprimida a sociedade civil, conserva uma autonomia real. Com o movimento em massa de 1984 e o enfraquecimento do Regime Militar, mais o pedido de eleições diretas, a sociedade civil se engrandece e assume papel vital em suas dimensões históricas, transformando o país e se encaminhando para o lado ocidental.

¹⁶

Ibidem, p. 212.

Assim o Brasil de hoje pode ser considerada uma sociedade ocidental e aberto a transformações substanciais, não aceitando o socialismo centrado na guerra de movimentos, ou seja, situações revolucionárias com preceito de usar as forças coercitivas do Estado. Isto significa que com a consolidação da democracia pluralista ¹⁷, o país tem condições de caminhar para um socialismo democrático dentro do âmbito da sociedade civil.

Portanto o pensamento de Gramsci nos dá uma dimensão da importância de interpretar o passado mediante conceitos de revolução passiva e transformismo, mas sempre analisando o presente, sem deixar de lado a luta pela democracia e pelo socialismo, para que toda autocrítica e modernização da sociedade tenham em seu fundamental a igualdade, os direitos de todos os cidadãos preservados e principalmente sem exploração de seu trabalho.

Referência Bibliográfica

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 121 – 219.

¹⁷ Ibidem, p. 218.